



## A CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL E PRODUÇÃO FAMILIAR DE CACAU E AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ (2013-2021)

Alan Tiago Correa - tiagoalan17@gmail.com

Dr.<sup>a</sup> Gisalda Carvalho Filgueiras - gisaldaf@yahoo.com.br

M.Sc. Cassia Karimi Vieira Cativo - karimivieira@hotmail.com

\* Submissão em: 07/02/2024 | Aceito em: 11/06/2024

### RESUMO

As linhas de crédito rural têm contribuído para o processo de desenvolvimento desses agricultores, apresentando características notáveis de desenvolvimento, como melhorias sociais nos empreendimentos. Assim, dada a importância relativa do açaí para a economia agrícola no Pará, este estudo tem como objetivo identificar os agentes financiadores, suas linhas de fomento e públicos preferenciais para as atividades produtivas de cacau e açaí no estado do Pará. Buscou-se fazer uma análise na área de estudo dos municípios que se destacam nas cadeias de produção propostas, dando ênfase a uma análise espacial das áreas que foram beneficiadas por linhas de crédito rural, que são administradas por instituições financeiras como Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banpará, no período de 2013 a 2021.

**Palavras Chaves:** Açaí. Cacau. Crédito Rural. Estado do Pará.

### THE RURAL CREDIT AND FAMILY PRODUCTION OF COCOA AND AÇAÍ IN THE STATE OF PARÁ (2013-2021)

### ABSTRACT

Rural credit lines have contributed to the development process of these farmers, showing notable development characteristics, such as social improvements in the enterprises. Therefore, given the relative importance of açaí to the agricultural economy in Pará, this study aims to identify the financing agents, their lines of development and preferred audiences for cocoa and açaí production activities in the state of Pará. The aim was to carry out an analysis in the study area of the municipalities that stand out in the proposed production chains, emphasizing a spatial analysis of the areas that benefited from rural credit lines, which are administered by financial institutions such as Banco do Brasil, Banco da Amazônia and Banpará, from 2013 to 2021.

**Keywords:** Açaí. Cocoa. Rural credit. State of Pará

## 1. INTRODUÇÃO

As históricas formas de ocupação territorial na Amazônia, sobretudo na Amazônia Oriental, onde se localiza o Estado do Pará, geraram impactos significativos na dinâmica agrária local, principalmente no que tange suas relações socioeconômicas. Conflitos sobre o uso e posse da terra marcaram as disputas entre os grupos oriundos de outras regiões, que além de possuírem grande capital, possuíam considerável influência política na região, em detrimento às comunidades locais (COSTA, 2012; DA TRINDADE JÚNIOR, 2010). Apesar destes conflitos, Costa (2012 e 2020) destaca que a agricultura familiar, tida por este autor como uma das dinâmicas mais importantes para o desenvolvimento rural amazônico, obteve uma trajetória similar as definições do autor sobre a trajetória camponesa 2, com extrativismo de coleta (não madeireiro). Além disso, o campesinato Amazônico enquadrado no conceito de Agricultura Familiar, tornou-se historicamente importante pela forma de reprodução dos seus sistemas tradicionais, que antes eram voltados para a subsistência e atualmente se aprimora atendendo demandas importantes no território.

A diferença do campesinato para a agricultura patronal está, como destaca Costa (2012 e 2020), no seu modo de produção. Na dinâmica patronal, os investimentos são redirecionados para uma ampliação da produtividade em uso extensivo do solo, com alta composição de capital (K) e trabalho (L), medido por alta complexificação na divisão social do trabalho e composição técnica acima da média. Já no campesinato da Agricultura Familiar, os determinantes de produção são baseados nos laços familiares, e muitas das vezes, a autogestão de sua produção não alcança economias de escala que utilizem o consumo do solo de forma extensiva.

Apesar dessas diferenças, uma outra diferença estrutural faz saliente: a dinâmica de investimentos. Não se vendo na necessidade de contratar mão-de-obra pela sua composição de técnica de capital (K), a produção familiar não visa rendimentos extraordinários, o que perfaz empreendimento sem grandes magnitudes de investimento, isto é, captação de recursos. Por mais extraordinária que a comparação possa parecer, pela diferença de contextos históricos e territoriais, tal problemática se faz saliente também no âmbito Rural da antiga Rússia observada por Chayanov (1991).

A falta de recursos necessários para ampliação de seus processos produtivos os impossibilita de desenvolver suas atividades, por isso, muitos desses agentes, às vezes até mesmo dispersos no território de forma isolada, remontam cooperativas, associações, formas de organização que não só encadeiem sua produção como também interliguem o fornecimento a

captação de recursos (financeiros e produtivos). Para além da autonomia e da autogestão, assim, políticas de incentivos e de crédito são essenciais para o investimento e consequente contribuição das atividades produtivas e desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar.

Na região Norte, principalmente no Pará, a economia do açaí (SILVA, 2021) e a cadeia de produção do cacau (VEGRO; ASSUMPCÃO; SILVA, 2014) vem despontando novos parâmetros de desenvolvimento econômico territorial, com fortes potencialidades na geração de renda e capacidade de integração/organização econômica-socioambiental dos pequenos produtores. Desse modo, as linhas de crédito rural têm contribuído para o processo de desenvolvimento desses agricultores, apresentando características notáveis de desenvolvimento, como melhorias sociais nos empreendimentos, que com os recursos e benefícios dos programas disponíveis, puderam não só investir em seu processo produtivo como também elevar índices de educação, saúde, acessibilidade e infraestrutura individual, empregando maior valor em seu trabalho e ampliando sua produção.

Assim, dada a importância relativa do açaí para a economia agrícola no Pará, este estudo tem como objetivo identificar os agentes financiadores, suas linhas de fomento e públicos preferenciais para as atividades produtivas de cacau e açaí no estado do Pará e mapear a distribuição de créditos destinados aos produtores de cacau e açaí no estado do Pará.

## 2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 Processo de Ocupação e Integração da Amazônia à Economia Nacional

A necessidade de se olhar o problema regional do Brasil sempre esteve presente, no caso da Amazônia, a maior preocupação era referente ao controle político do vasto território motivada, segundo Becker (2010), pelos surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos da floresta no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Dito isso, em 1912, com a crise da borracha e aumento da produção asiática, foi criada a Superintendência de Defesa da Borracha.

O surgimento e maturação das árvores orientais logo ultrapassou a produção da Amazônia, vários foram os fatores que levaram a esse aumento, entre eles Santos (1980) destaca que mesmo a dimensão territorial da Amazônia sendo maior, a área destinada ao plantio de seringa asiática contava com cerca de 200 pés por hectare, enquanto na floresta, essa média era de 1,5 pés por hectare. Além disso, fatores como rendimento das árvores adultas que variavam entre 1 e 2kg na Amazônia, e rendia em média 2,5kg na Ásia, aliado aos custos de capitais (de produção e preço de mercado) que eram menores no oriente e o alto investimento em centros de

pesquisa e tecnologia, impossibilitou o Brasil de voltar a sua posição de semimonopolista do passado, reestabelecendo assim, preços a um nível que cobrisse os elevados custos do preparo da borracha no regime do extrativismo e do aviamento.

As consequências financeiras, políticas e sociais da queda da demanda da borracha amazônica foram inúmeras. Santos (1980) explica que durante o período que vai de 1911 até 1915, estima-se que a renda dos estados produtores da gomífera, tenha sido reduzida a 1/3 do que foi, de 485.833 contos em 1910 para 153.568 em 1915. Estados como Pará e Amazonas encontravam-se com elevadas dívidas, externas e internas. Em 1913 e 1916, o governo do estado do Pará focou em liquidar sua dívida exta, o seu objetivo era garantir a credibilidade na negociação de um empréstimo de consolidação capaz de desafogar a economia do estado. Em termos políticos foi um momento sucedidos por crises concentradas principalmente nestes estados, havia um descontentamento generalizado por parte dos trabalhadores expulsos dos seringais e dos funcionários descontentes com o piso salarial atrasado e falência de grande parte das casas aviadoras.

Como resposta à crise gomífera, duas medidas foram tomadas. A primeira faz referência ao Convênio de 31 de março de 1911 entre Pará e Amazonas, que tinha quatro objetivos. O primeiro era criar dois bancos de créditos, um em Belém e outro em Manaus, a função destes bancos seria auxiliar a lavoura e do suprimento de crédito contra o excesso de especulação dos intermediários; o segundo era a melhoria do processo de preparo da borracha e especialização do produto para exportação; o terceiro visava a autorização do executivo para o endosso de um empréstimo de 6 milhões esterlinos no exterior; e o quarto, era gerar isenção fiscal para as duas fábricas de refinação de borracha. Todavia, como a União se negou a dar o endosso relacionado ao empréstimo, o conjunto do Convênio ficou prejudicado e acabou por ser abandonado (SANTOS, 1980).

A segunda medida foi a criação em âmbito federal, do Plano de Defesa da Borracha em 1912. Santos (1980) explica que o plano era mais do que uma simples campanha de defesa ou estabilização dos preços da borracha, era equivalente a um plano de desenvolvimento pluri-setorial, que continha setes setores de desenvolvimento (heiveicultura, industrialização, imigração, saúde, transportes, produção agrícola alimentar e o setor de pesca). Foi um plano tão amplo que não se restringiu apenas a Amazônia, mas também a estados que nem envolvidos com a borracha estavam.

Para realização do plano, foi criado um crédito de 8 mil contos e entregues a Superintendência da Borracha, que possui sede no Rio de Janeiro. O plano foi considerado um grande fracasso, as realizações do plano foram divididas em projetos substantivos e medida institucionais. Santos (1980) explica que o governo chegou a atacar os setores de transportes, saúde, imigração e colonização. No setor de transportes, após estudos, foi recomendado que não fosse feita coisa alguma. A estrada de ferro do Tocantins, não recebeu um centavo da superintendência e não foi terminada até a década de 40. Dos 8.000 contos de réis, 6.000 foram destinados a estudos dos Rios Purus e Rio Branco, que no final não foram considerados navegáveis (SANTOS, 1980).

No setor da Saúde, mesmo com a vinda de uma comissão de célebres sanitaristas como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, João Pedroso e Pacheco Leão, pouco foi feito, mesmo com a realização de estudos e constatações da situação crítica da região. No setor da imigração, há notícia de inúmeras firmas internacionais interessadas em atuar na região, todavia, não consta qual dessas tenha promovido imigração nem tenha sido bem-sucedida em qualquer projeto. Quanto ao setor da heveicultura, das sete estações experimentais, o governo decidiu criar seis. Entretanto, o planejamento dessas instalações se deu de forma confusa e Problemática. Não foi levado em conta as particularidades de cada estado para que houvesse sucesso do empreendimento. Ainda neste setor, o governo federal deliberou executar o chamado extensão rural, que tinha o objetivo de educar os seringueiros na melhoria métodos de corte e outros processos e preparo da borracha. Em termos de medidas institucionais, não se sabe da ocorrência da entrega de qualquer prêmio financeiro a plantadores de borracha.

Porém, houve três resultados do plano que não foram previstos. O primeiro foi a repercussão externa do plano. Quando os concorrentes do Brasil tomaram conhecimento do projeto de defesa da borracha amazônica, foram reduzidos em Londres 10% os direitos de porto sobre a borracha, de modo que o produto brasileiro se tornou relativamente mais caro no mercado internacional. O segundo foi em termos regionais. Ficou evidente o descaso da união pelos estados da região norte.

Esse desinteresse que vigora até os dias atuais, acabou por silenciar a Amazônia e seus problemas estruturais e sociais. E o terceiro resultado é referente ao resultado em nível nacional. O fracasso do plano gerou desapontamento ao governo federal e ao restante do país, que enxergava no mesmo uma oportunidade de recuperação da economia. Esse desapontamento

acabou por fazer o novo ministro da agricultura destruir tudo o que restava da administração do plano e apagar quaisquer vestígios de projetos que sobrasse.

Em 1953, através da lei nº 1.806, sancionada em 06 de janeiro do referido ano, foi criada a lei que delimitou a Amazônia Legal e culminou com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (MARQUES, 2019). A SPVEA é tida como a primeira grande instituição destinada ao desenvolvimento amazônico seus principais objetivos eram, primeiro, assegurar a ocupação da região em sentido brasileiro, segundo, construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de prover a execução de suas tarefas sociais com seus próprios recursos e terceiro, desenvolver a Amazônia em sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

O planejamento regional elaborado pela SPVEA demonstrava a necessidade de reestruturar a economia regional superando o extrativismo e se apoiando: 1) na produção de matéria prima; 2) produzindo produtos para o seu próprio consumo, substituindo importações; 3) numa nova complementariedade entre o rural (agrícola) e o urbano. (MARQUES, 2016 p.146)

O I plano Quinquenal proposto pela SPVEA buscou incorporar a preocupação da região em termos de segurança nacional, com a questão de ocupação e evitar uma internacionalização da Amazônia (MARQUES, 2019). Todavia, tal plano nunca foi aprovado. Após isso, a superintendência contratou uma empresa privada de planejamento sediada no Rio de Janeiro para elaborar um novo plano de desenvolvimento regional. Isto fez com que a SPVEA perdesse sua principal função, que era justamente elaborar as políticas públicas de desenvolvimento amazônico. A empresa contratada fez o estudo e constatou que o problema da SPVEA era a falta técnica de planejamento, que desconsiderava a natureza política da região.

Apesar de ter sobrevivido por treze anos, a falta técnica no planejamento feito para a região, desvio de recursos e a dominação pela oligarquia regional levaram a SPVEA a fracassar. Todavia, Marques (2016) explica que estes não foram os únicos fatores.

Não se pode desconsiderar o fato de que a nível nacional não havia um órgão central de planejamento capaz de subsidiar esse planejamento. Sua autonomia também era questionada, tendo em vista as suas limitações técnicas e financeiras que além de mínimas ainda sofriam reduções ou eram aplicadas em outros setores pré-determinados, como por exemplo o da expansão agrícola ou industrial que necessitava de um investimento alto, o que não ocorreu por falta de verba (MARQUES, 2016, p.151)

A hipótese da SPVEA para um melhor desenvolvimento regional, era o de que a acumulação de capital no Brasil deveria ser especializada, de modo a estendê-la com mais força nos estados menos favorecidos, que reivindicavam medidas efetivas para a desconcentração dos investimentos no estado de São Paulo. Porém, como destaca Marques (2016), tal expansão exigia ampliação do mercado consumidor e acabou por incorporar as demais regiões como seus clientes. No caso da Amazônia, isto era o inverso do proposto pela SPVEA, a industrialização e autonomia da Amazônia se baseava na sustentação do mercado interno regional por meio da expansão da agricultura e da industrialização local.

Porém, quando a SPVEA foi criada, o número de habitantes era estimado em mais ou menos 3,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE, dispersos numa área superior a metade do território nacional, majoritariamente no campo (MARQUES, 2016). Deste modo, se uma política dependesse de um mercado nestas condições encontraria muita dificuldade. Para a implementação de uma política efetiva de desenvolvimento para a região, deve-se levar em conta o fato de que historicamente a Amazônia era constituída de uma burguesia regional muito fraca, política e economicamente (MARQUES, 2016). E não possuíam as condições de conduzir o processo de desenvolvimento proposto através de uma relativa autonomia e algum grau de conflito com outros setores nacionais. O fracasso da SPVEA se deu, pois, ela encarou o problema do atraso e da não integração da Amazônia à economia nacional, pois não levou em conta as complexidades da região.

Durante as décadas de 1966 e 1985, o planejamento regional da região teve início de maneira efetiva. Becker (2010) explica que o Estado tomou a si, a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num processo geopolítico para a modernidade acelerada do território nacional e sociedade. Foi criada a chamada “Operação Amazônia”, que era um conjunto de instrumentos legais que envolveu o estabelecimento de leis e a extinção e criação de novas instituições federais na região.

A “Operação Amazônia” foi a responsável pela substituição da SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco de Crédito da Amazônia (BCA). Seu objetivo era demonstrar para os empresários, latifundiários e classe política de fora da região o potencial de riquezas da região (MARQUES, 2019).

Um marco desse período foi a construção da rodovia Belém-Brasília. Carvalho e Domingues (2016) destacam para a oferta de recursos para investimentos em hidrelétricas, portos e ferrovias através dos fundos internacionais. Tal oferta teve como resultado o crescimento

expressivo da economia, população e do desmatamento. Para os governos militares, a região amazônica era vista como área de fronteira, cujo processo de apropriação revelou depender das formas de ocupação das terras livres, das construções de relações sociais e dos interesses dos agentes em configurações distintas no tempo (GALUCH; MENEZES, 2020). Apesar de vista como uma região promissora, as formas de gestão tradicionais e as modalidades de apropriação ilegal e/ou forma foram frequentemente traduzidos na necessidade de tornar este espaço viável e produtivo (GALUCH; MENEZES, 2020).

Neste sentido, a “Operação Amazônia” foi responsável por um novo processo de ocupação da Amazônia, o principal objetivo da operação era garantir condições básicas necessárias para atração destes capitais afim de gerar lucros correndo pouco riscos e minimizando os custos.

Tais incentivos foram sendo incorporados aos mais diversos setores, como por exemplo, a agropecuária, onde as empresas privadas poderiam receber esta isenção e ter disponíveis até 75% do valor necessário para a implantação dos empreendimentos e sem obrigatoriedade de retornar ao governo o valor que se recebia. Filgueiras e Herrera (2012), concluem que capitalistas oriundos de outras regiões, foram privilegiados em detrimento as dinâmicas locais, ocasionando um conflito de lógicas produtivas ao mesmo tempo em que disseminava a dependência dos trabalhadores rurais e demais categorias desprovidas de incentivos.

Neste mesmo período, em 1967 foi criada por Castelo Branco, a Zona Franca de Manaus (ZFM). Através da ZFM o governo buscou distribuir recursos públicos para atrair grandes empresas nacionais e multinacionais para a região, instalando plantas industriais com tecnologia defasada voltadas a montar mercadorias para o mercado interno brasileiro (MARQUES, 2019). O estabelecimento de zonas francas já eram presentes em outros países do terceiro mundo e se enquadrava na nova divisão internacional do trabalho da segunda metade do século XX.

A ZFM era voltada para os mercados extrarregionais, tanto como ofertante de produção quando demandantes na compra da própria matéria prima e equipamentos necessários para a sua produção, tendo o Estado brasileiro como principal financiador (MARQUES, 2019). Apesar de ser uma reivindicação da oligarquia local, a ZFM acabou por beneficiar os empresários de outras regiões e países, que com o recebimento de incentivos fiscais, terrenos estruturados e baratos, um significativo mercado consumidor nacional e uma força de trabalho como baixo valor e pouco e organizada politicamente acabavam por ser atraídos para a região.

Esse modelo de desenvolvimento empregado na década de 70, que tinha como prioridade o crescimento econômico, provoca um aumento da exploração dos recursos naturais da região amazônica, a prioridade voltada para crescimento econômico deixou de lado a preservação ambiental e as comunidades tradicionais.

Através Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia em 1974, os governos militares intensificaram a acumulação decapitais em território amazônico. A principal ideia era reaproveitar a integralização das potencialidades agropecuárias, florestais, agroindustriais em áreas prioritárias da Amazônia (GALUCH; MENEZES, 2020). O governo foi o responsável pela delimitação do território mediante práticas administrativas de estratégia de controle e elaboração do mapa loteado do assentamento, organização e do recrutamento de pessoas adequadas e capazes de fazer cumprir o planejamento territorial.

Herrera (2019) explica que, pensar o espaço agrário amazônico, parte-se da premissa de que esse seja produto do capital, em que pese os incentivos fiscais e todos os estímulos ofertados pelos diferentes governos para concentração da propriedade dos meios de produção. É importante descrever que os interesses em relação da extração dos recursos tanto minerais como produção do agronegócio pelas empresas de grande capital é primária, ou seja, sem beneficiamento. O que se percebe, é que apesar de haver um grande fluxo de exportação mineral e do agronegócio na região, pouco do que é produzido fica aqui, de modo que toda essa riqueza produzida é exportada na forma de produtos primários e com ganhos repassados apenas aos acionistas das companhias.

Observa-se o caso do Pará, por exemplo, que é dividido em 12 regiões de integração. A região de Carajás é a região que tem maior PIB per capita do estado e a região que mais exporta e, no entanto, é a região que tem a menor expectativa de vida entre as 12 (MARQUES, 2019). Essa maior concentração de renda das 12 regiões, é tida como o resultado de políticas de desenvolvimento quem vem sendo implementadas na Amazônia nos últimos governos.

Além disso, tanto a produção mineral quanto o agronegócio reproduzem a questão do trabalho escravo, práticas de violência diretas, como assassinatos e prostituição infantil, desagregação social, crise urbana e generalização do desemprego e da pobreza. As grandes propriedades têm papel crucial nessa exploração, pois o latifúndio passou a ser a centralização da administração capitalista, logo, novas formas de exploração acabam surgindo e, as pequenas propriedades que mal conseguem nutrir seus proprietários, passam a fazer parte da sociedade de crédito e sendo vistos como barreiras ao progresso econômico.

## 2.2 A Produção da Agricultura Familiar no Brasil e Estado do Pará

A agricultura familiar brasileira é tida como uma das maiores responsáveis pela produção de alimentos do país. Sua produção visa direcionar suas atividades a um alinhamento de desenvolvimento sustentável de produção, prezando pela preservação de suas identidades culturais, terra e origens. Embora seja uma tarefa difícil definir a agricultura familiar, Tomazzi e Schneider (2020), definem agricultura familiar conforme a prescrição da Lei nº 11.326/2006 que diz:

É considerado agricultor familiar aquele que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006 apud TOMAZZI; SCHNEIDER, 2020, p. 7).

Abramovay (1998, p.143) explica que a agricultura familiar “é muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor”, ou seja, o desenvolvimento da agricultura familiar propicia condições sociais favoráveis ao mundo rural, estando também plenamente compatível ao desenvolvimento sustentável e possuindo valores éticos e morais em seu contexto social (OLIVEIRA; CORREA; FILGUEIRAS; CARVALHO, 2017).

Tomazzi e Schneider (2020) destacam que o maior desafio da atualidade é garantir a segurança alimentar, com alimentos saudáveis e o fornecimento dos insumos necessários para a economia, de forma justa e sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras. Assim, a agricultura familiar surge como uma oportunidade de formulação de políticas públicas, tendo em vista o potencial brasileiro para a atividade de produção da agricultura familiar.

A agricultura familiar apesar de ser uma forma de produção e trabalho bastante presente nas áreas rurais do Brasil, reproduz a precariedade das condições de reprodução econômica dos pequenos agricultores, que é determinada segundo Aquino e Lacerda (2014), por um conjunto complexo de fatores histórico-estruturais, não podendo ser associada apenas à variável climática e, muito menos, à suposta inviabilidade técnica de tais produtores. Desta forma, a compreensão adequada da agricultura familiar o Brasil necessita de um olhar multidisciplinar para o vasto

grupo de agricultores até então “invisíveis” na base da pirâmide social do campo (AQUINO; LACERDA, 2014).

Durante os anos de 1990, diversos fatores contribuíram para o processo de participação ativa das políticas públicas no desenvolvimento rural, como a agricultura familiar, a reforma agrária, reorientação das políticas governamentais e os debates em torno do desenvolvimento sustentável (SCHNEIDER, 2007). Tais políticas de desenvolvimento rural começaram a se expandir ao longo dos anos 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é um programa social voltado a atender os pequenos agricultores familiares no campo. O PRONAF é o resultado de uma aliança entre reivindicações dos movimentos sociais, das intelectualidades e da burocracia governamental, que via o apoio a este segmento como uma oportunidade de alcançar bons resultados (BARCELAR; FAVARETO, 2020). O PRONAF foi idealizado para ser um programa de crédito capaz de modernizar o processo de produção dos pequenos produtores.

Todavia, esse processo de modernização da agricultura em relação ao campesinato, deve, segundo Wanderley (2004), se adequar às novas exigências que o mercado impõe, pois as mudanças estruturais nas novas formas de produção podem acarretar consequências em mudanças nas raízes históricas e culturais na vida no campo. Os modos de produção das relações sociais presentes na agricultura familiar prezam para que suas necessidades e razões às formas concretas que ao se ajustarem às condições de um grande ambiente - ao se adaptarem às disponibilidades naturais e às condições institucionais de uma região (BARCELAR; FAVARETO, 2020).

Em se tratado de região, especificamente a Amazônia, Costa (2020) destaca que a economia agrária da Amazônia está baseada em dois modos de produção fundamentais: o camponês e o não familiar (ou empresarial capitalista). Os estabelecimentos rurais e os não familiares, se distinguem basicamente pois os estabelecimentos rurais têm na família seus parâmetros decisivos, no que se refere à disponibilidade de trabalho, e na definição das necessidades de consumo (COSTA, 2020, p.86). De modo que os estabelecimentos não familiares, baseados no trabalho assalariado, orientam-se pela rentabilidade do capital adiantado no processo produtivo (COSTA, 2020, p.86).

Apesar da Amazônia, possuir áreas favoráveis as atividades agrícolas, sua produção é muitas vezes atingida por uma carência de recursos necessários para sua expansão e desenvolvimento. Assim, políticas de distribuição de créditos como o PRONAF tem contribuído

para o processo de desenvolvimento dos agricultores familiares no estado do Pará, tendo também sido viabilizadas diversas mudanças positivas na qualidade de vida desses agricultores, que com os recursos e benefícios desse programa, puderam investir em seu processo produtivo, empregando maior valor em seu trabalho e ampliando sua produção. Costa (2020), destaca que:

A economia rural da região Norte cresceu nas duas últimas décadas a taxas elevadas – seu valor bruto da produção (VBP) aumentou 4,3% ao ano (a.a.), saindo de R\$ 13,7 bilhões para R\$ 34,6 bilhões entre 1995 e 2017 (todos os valores estão corrigidos para reais de 2019). Há diferenças no ritmo de crescimento entre os períodos: o primeiro, rápido (2,7% a.a.); e o segundo, acelerado (5,9% a.a.) (COSTA, 2020, p.85).

Costa (2020) destaca que esse processo envolveu a apropriação de terras em grande escala e sua preparação para a agricultura e a pecuária: o acervo de terras nos estabelecimentos rurais. O que pode notar é que as políticas de incentivos ao setor rural e o atendimento das necessidades básicas do pequeno produtor tem gerado um crescente aumento da produção e aperfeiçoamento das linhas de créditos sobre a sua atuação, servindo assim, como ferramentas essenciais de contribuição para o desenvolvimento dos pequenos produtores.

A agricultura familiar paraense tem grande participação no cenário da economia produtiva do estado, sua grande vantagem em seu processo produtivo é a produção variada de produtos que são consumidos pela população, como por exemplo mandioca, feijão, arroz, leite, milho, carne suína. O processo de evolução da produção familiar é constante, avançou de uma produção que antes era voltada ao atendimento de suas necessidades básicas e ao sustento de suas famílias, para um mercado comercial, com ampliação de sua produção. Sobre isso, Filgueiras e Herrera (2012) destacam:

A agricultura familiar já passou por vários obstáculos ensejados pelos conflitos de interesses com os grandes capitais. Entretanto, no Pará, essa categoria social se mostrou bastante produtiva no que tange à sua subsistência e à produção voltada a atender as necessidades do mercado. Devido a esse grande sucesso da sua produção, a agricultura familiar paraense é um setor que tem contribuído para a economia agropecuária no Estado (FILGUEIRAS; HERRERA, 2012, p. 5).

No território paraense, existem áreas que possuem condições favoráveis para o cultivo da produção agrícola e, sobretudo, para a produção familiar, assim como disponibilidade de água e um clima adequado. A região do baixo Tocantins, no Pará, por exemplo, é propícia para a produção da agricultura e atividades florestais. Oliveira et. al (2017) destaca que é uma região de

grande participação na agricultura florestal, possuindo 32.365 estabelecimentos considerados como de agricultura familiar.

A produção agrícola familiar no estado, vem se destacando, são diversas as mudanças positivas ocorrendo, sendo a maioria motivada pelas políticas regionais de desenvolvimento inseridas com o objetivo de promover um melhor desempenho na produção familiar. A produção familiar foi conquistando importância na economia através da crescente demanda por alimentos saudáveis e por sua contribuição na geração de emprego e renda nas regiões rurais, tornando-se desta forma, extremamente importante na economia nacional na medida em que o governo federal criou a necessidade de expandir essas produções com várias medidas sucessivas, como a criação de programas como o PRONAF, auxílios, subsídios e créditos específicos a esse setor econômico.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se fazer uma análise na área de estudo dos municípios que se destacam nas cadeias de produção propostas (Tabelas 1 e 2), dando ênfase a uma análise espacial das áreas que foram beneficiadas por linhas de crédito rural, que são administradas por instituições financeiras como Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banpará, no período de 2013 a 2021.

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, fundamentada em dados secundários através de pesquisa em banco de dados, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central, e bibliografia especializada no que se refere ao tema Concessão de Crédito e Agricultura Familiar (AF), os dados serão, via de regra, atualizados, deflacionados, e posto em gráficos, mapas e tabelas através de ferramentas computacionais, como o Excel.

Utilizaremos como base de informações os dados concentrados no Banco Central do Brasil (Bacen), a partir do Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR), que é o sistema que cadastra todas as operações de crédito rural e os enquadramentos no PROAGRO, de acordo com as normas do Manual de Crédito Rural.

Os dados armazenados na Matriz de Dados do Crédito Rural permitem consultas particulares no qual é possível selecionar o período desejado, as fontes de recursos, os programas e a modalidade de seguro. Depois da seleção das informações, o relatório será gerado e exportado para arquivos em formato Excel (xls).

Serão pesquisados 12 itens, mais especificamente: 3.2. Quantidade e Valor dos Contratos por Região e UF; 3.5. Quantidade e Valor dos Contratos por Município; 3.6. Quantidade e Valor

dos Contratos de Custeio por Região, UF e Produto; 3.9. Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Município e Produto; 3.10. Quantidade e Valor dos Contratos de Investimento por Município e Produto; 3.11. Quantidade e Valor dos Contratos de Comercialização por Município e Produto; 4.4. Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio por Produto e Município; 4.5. Quantidade e Valor dos Contratos de Investimento por Produto e Município; 4.7. Quantidade e Valor dos Contratos de Custeio Agrícola por Produto, Segmento e IF; 8.2. Quantidade e Valor dos Contratos por Programa, Subprograma e UF; 9.4. Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e Produto; 10.4. Quantidade e Valor dos Contratos por Tipo de Beneficiário e Produto.

As consultas serão realizadas na atividade local em que estão registradas todas as informações referentes as modalidades de agricultura, focando na produção de Açaí e Cacau. serão pesquisadas as informações de cada ano no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2021, bem como o acumulado total nesse período, considerando todas as fontes de recursos, programas e subprogramas.

Serão analisadas as planilhas com dados anuais e com todo o período do estudo, abrangendo todas as fontes de recursos, programas e subprogramas de concessão de crédito rural. Em seguida, esses dados serão agrupados em tabelas para uma análise dos dados mais detalhadas, para que desta forma seja verificado o impacto do crédito rural na produção de Açaí e cacau no estado do Pará.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A região do estuário do Rio Amazonas detém os maiores produtores de açaí do Brasil, sendo, essa pequena região é formada de pequenas cidades moldadas por uma economia cíclica baseada em atividade de pesca, coleta de produtos agroflorestais e silvicultura (Corrêa e Oriana, 2018), segundo o IBGE (2020), a Unidade Federativa do Pará a maior produtor nacional do fruto, que corrobora, na casa de um milhão de toneladas por ano. A Tabela 1 destaca os 10 (dez) municípios que se destacam na cadeia de açaí, ao qual juntos concentraram para o ano de 2019, 76% da quantidade produzida de açaí no estado, mostrando possuir complexidade organizativa e de arranjos produtivos locais.

Tabela 1 - Principais produtores de Açaí do Estado do Pará (2021)

Mesorregião	Região de Integração	Municípios	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)
Marajó	Marajó	Anajás	50.700	3.900
		Bagre	44.500	5.200
		Rio Capim	70.649	6.200
Metropolitana de Belém	Guamá	Santa Izabel do Pará	52.220	5.000
		Tocantins	70.000	10.000
Nordeste Paraense	Tocantins	Abaetetuba	111.200	20.000
		Cametá	156.720	30.000
		Igarapé-Miri	425.984	52.000
		Limoeiro do Ajuru	39.900	6.650
		Moju	32.500	5.000
		Total	1.055.173	143.950
	Pará	1.388.116	198.963	
		<b>% dos municípios em relação ao estado do Pará</b>	<b>76%</b>	<b>72%</b>

Fonte: IBGE (2021).

Do mesmo modo, a cadeia do cacau também tem se destacado como atividade produtiva no estado do Pará, empregando e contribuindo para melhora na qualidade das famílias que o produzem. Os municípios que mais produziram o fruto no ano 2019 correspondem a 86% de toda a produção bruta do Pará, e respondendo por uma área colhida acima de 78% (Tabela 2).

Tabela 2 - Maiores produtores de Cacau do estado do Pará para o ano de 2021.

Mesorregião	Região de Integração	Municípios	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)
Sudeste Paraense	Araguaia	Tucumã	5.336	5.711
		Altamira	5.426	4.746
		Anapu	12.156	10.113
		Brasil Novo	7.230	7.653
		Medicilândia	55.695	44.141
		Pacajá	3.610	5.641
		Senador José Porfírio	5.414	4.745
		Uruará	17.100	17.295
		Vitória do Xingu	4.275	5.269
Baixo Amazonas	Xingu	Placas	10.000	12.355
		Total	126.512	117.669
		Pará	128.961	140.514
		<b>% dos municípios em relação ao estado do Pará</b>	<b>86%</b>	<b>78%</b>

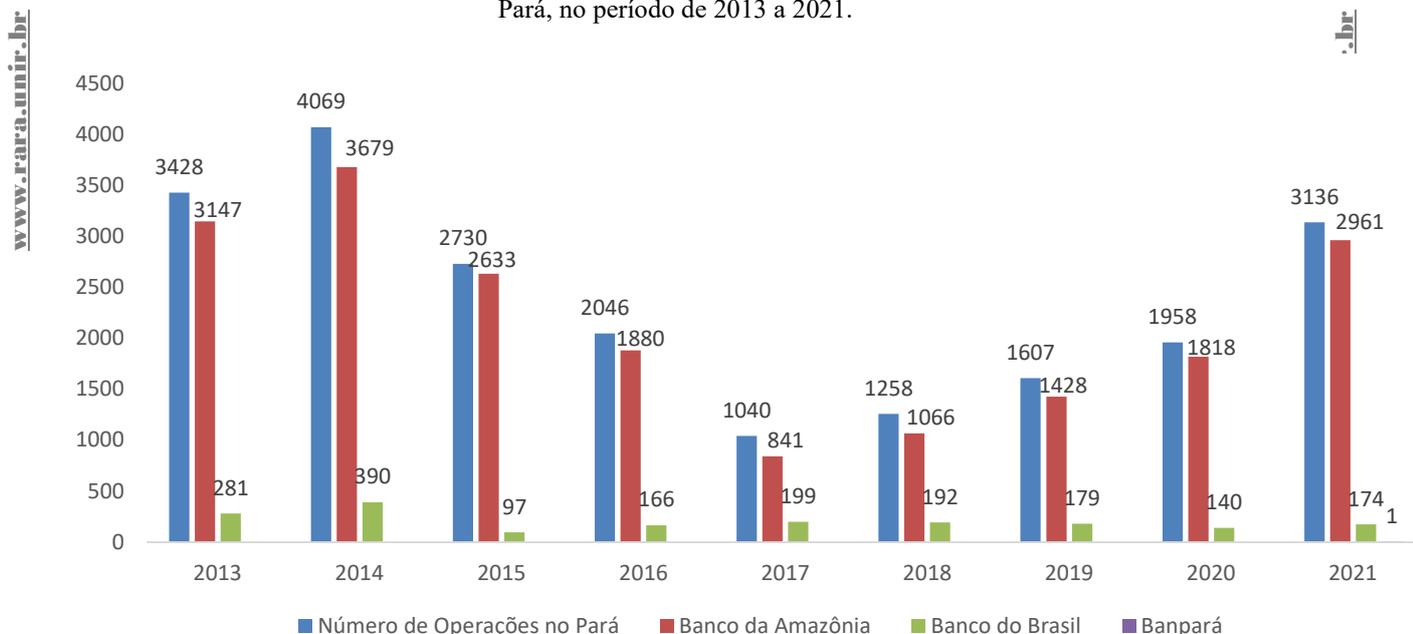
Fonte: IBGE (2021).

A concessão de crédito através de políticas governamentais favorece a elevação de emprego, renda e produção nas regiões onde se efetivam os empreendimentos financiados, bem como em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos de parcerias. Este

processo tem feito com que os financiamentos desses empreendimentos impactem de forma positiva na economia dos estados receptores dos recursos.

Abaixo, a Figura 1, demonstra o número de operações de crédito rural destinadas a produção de cacau e açaí no estado do Pará, no período de 2013 até 2021. No total, 21.272 operações de crédito foram realizadas ao longo destes 9 (nove) anos. Os anos em que aconteceram o maior número de operações foram nos anos de 2013, 2014 e 2021. Em termos de operações de crédito contratadas, podemos observar que o Banco da Amazônia (Basa) foi o banco que mais realizou operações de crédito em toda a série histórica, com um total de 19.453 operações, o que corresponde a 91% das operações realizadas no estado, a instituição financeira que menos realizou operações de crédito rural foi o Banpará, que segundo os dados divulgados pelo Banco Central realizou apenas 1 (uma) operação de crédito para a produção destes produtos.

**Figura 1** – Quantidade de operações de crédito destinadas a produção de Cacau e Açaí realizadas no Estado do Pará, no período de 2013 a 2021.



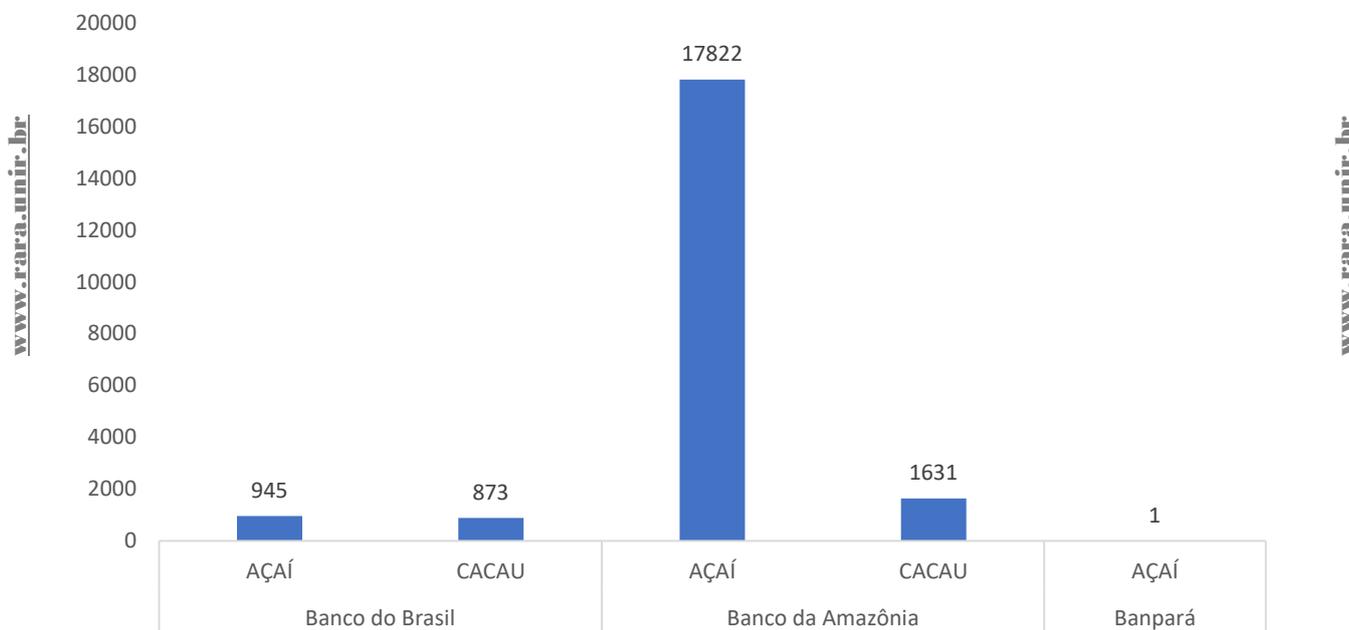
Fonte: Banco Central, 2021.

Em relação à destinação dos recursos, pode-se observar conforme a Figura 2, que no período estudado, o produto que mais recebeu crédito rural foi o açaí, que do total de 21.272 recebeu 18.768 contratações, o que corresponde a 88% de todas as operações realizadas.

Destaca-se que, ao longo destes nove anos de operacionalização, o Banco da Amazônia, contemplou 17.822 contratos para produtores de açaí, o que correspondeu a 92% dos créditos operacionalizados no estado, de modo que para a produção de cacau, foram realizadas 1.631

operações de crédito (8%). Cumprindo seu papel de agente dos planos e políticas públicas do Governo Federal para a região Amazônica, o Banco da Amazônia através do seu programa de financiamento vem apoiando os segmentos econômicos considerados prioritários no âmbito das ações estratégicas governamentais, visando o desenvolvimento regional sustentável, a exemplo das micro e pequenas empresas, agricultura familiar e empreendedores individuais. Em relação ao Banco do Brasil, essa distribuição de crédito mostrou-se mais homogênea, onde o total de operações realizadas, 945 ou 52% foram destinadas a produção de açaí e 873 ou 48% ao segmento de cacau.

**Figura 2** – Quantidade de operações realizadas para os produtos de açaí e cacau por instituição financeira no período de 2013 a 2021



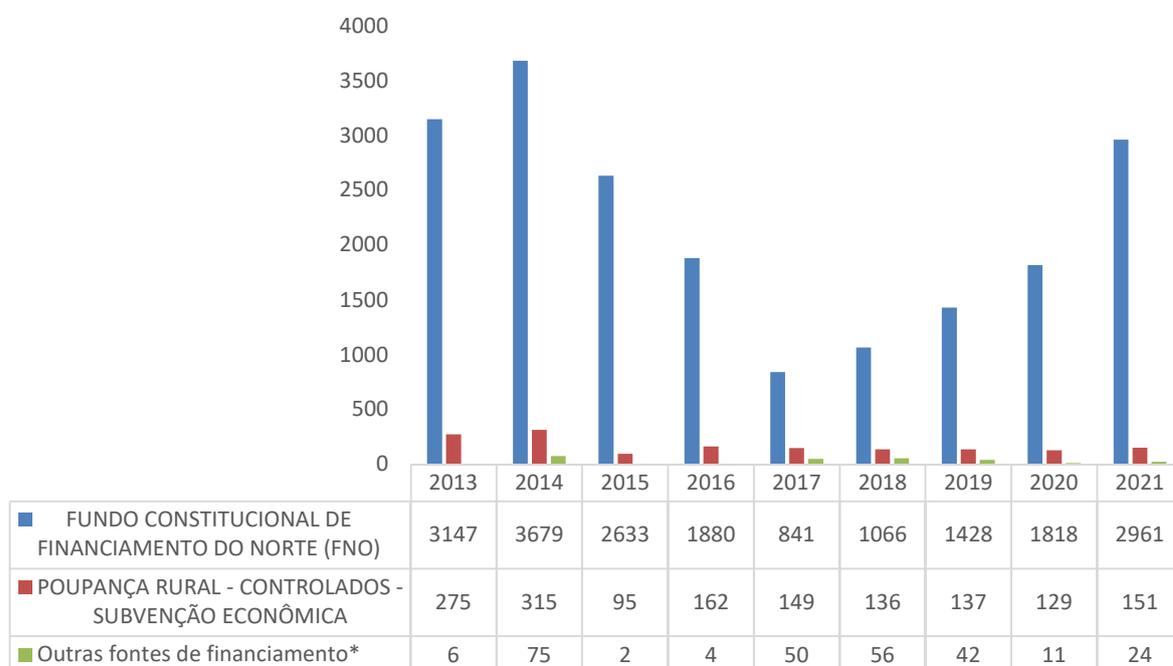
**Fonte:** Banco Central, 2021.

Na sequência, tem-se Figura 3, onde se visualiza a participação das linhas de financiamento na distribuição de crédito rural para o estado do Pará, no período de 2013 até 2021. A figura mostra que entre as linhas de financiamento disponíveis para o Açaí e Cacau no estado do Pará, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO tem sido a linha de crédito que mais investe nestes produtos, no estado, o que representa 91% do total de concessão de crédito rural concedidos. Isto representa a importância do FNO para o processo de desenvolvimento do Pará. Sua criação serviu como uma ferramenta essencial para o alcance do objetivo de minimizar as distribuições desiguais de crédito historicamente mais concentradas nas

regiões Sul e Sudeste e tem sido usada amplamente na melhoria da qualidade de vida da população, oferecendo baixas taxas de juros e acessível nas suas linhas de crédito.

Destaca-se ainda a participação relativa da categoria “Poupança Rural”, que ao longo de 9 (nove) anos representou 7% do total de operações realizadas, ou 1549 operações. A categoria “Outras fontes de financiamento” é formada pelas fontes de financiamento BNDES/FINAME, Exigibilidade Adicional da Poupança Rural, Instrumento Híbrido Capital Dívida-IHCD (Lei 12.793/2013 - Art. 6º), Letra De Crédito Do Agronegócio (LCA), Obrigatórios - MCR 6.2, Poupança Rural e Tesouro Nacional, que juntos concentram apenas 1% (270) do total de operações de crédito realizadas no período de 2013 até 2021.

**Figura 3 - Contratações por Linha de Financiamento no período de 2013 a 2021.**



**Fonte:** Banco Central, 2021.

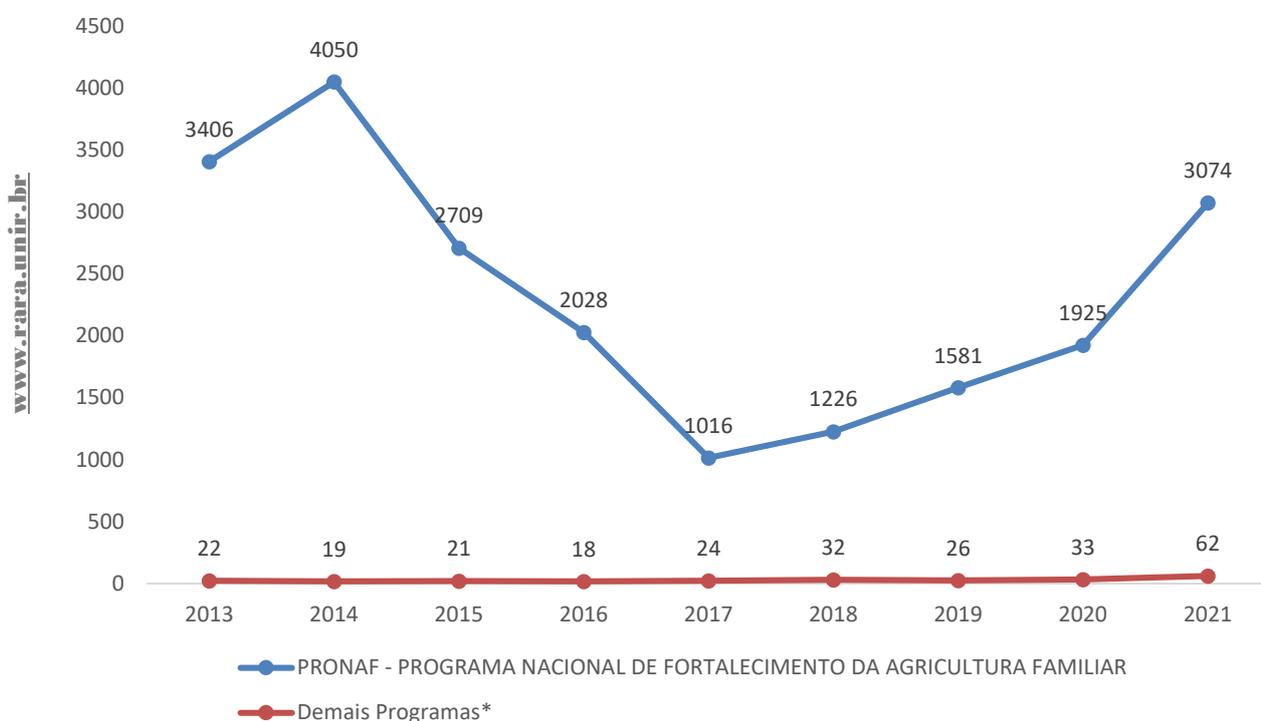
\* Leia-se BNDES/FINAME, Exigibilidade Adicional da Poupança Rural, Instr. híbrido capital dívida-IHCD (Lei 12.793/2013 - Art. 6º), Obrigatórios - MCR 6.2, Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Poupança Rural, Tesouro Nacional.

A Figura 4, mostra o número de contratações por programa de financiamento no período de 2013 até 2021. Percebe-se que na destinação dos recursos destinados aos programas de financiamento, o PRONAF corresponde neste período, a 99% do número de contratações, sendo o número de contratos (19.453) superior aos contratos dos demais programas, que correspondem a apenas 270, ou seja, apenas 1% do total de contratos. Isso retrata a importância da agricultura

familiar no Estado, que é abrangido por grandes áreas propícias a produção familiar e contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas onde é mais intensa tal produção.

A categoria “Demais programas de financiamento” é formada pelos programas, de financiamento: ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária, Financiamento Sem Vínculo a Programa Específico FNO-ABC, PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e Operações Não Especificadas pelas Instituições Financeira.

Figura 5 - Contratações por Programa de Financiamento no período de 2013 a 2021



Fonte: Banco Central, 2021.

\* Leia-se ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária, Financiamento Sem Vínculo A Programa Específico FNO-ABC, PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, Operações Não Especificadas pelas Instituições Financeira.

A Tabela 3 mostra a concessão de crédito rural destinado a produção de Açaí e Cacau no período de 2013 até 2021. Ao analisar o número de contratos destinados ao açaí e cacau no estado do Pará percebe-se que, em termos de valores acumulados, para a produção de açaí, representou 18.631 operações realizadas pelo PRONAF, uma média de 2.070 contratos por ano, cerca de 99,3%, seguido por 0,6% (113) dos contratos relacionado a Financiamento sem Vínculo a Programa Específico e 0,1% (24 contratos) relacionado aos demais programas.

Para a produção de cacau, o número de operações realizadas através do PRONAF, representou 95% do número de contratações, ou seja, 95%, com uma média de 265 contratações por ano. Em relação aos contratos realizados através do Financiamento sem Vínculo a Programa Específico, pode-se observar que estes corresponderam a 4% do número de contratações (93 operações) e 1% (27 operações) relacionado aos demais programas.

**Tabela 1** - Concessão de Crédito Rural destinado a produção de Açaí e Cacau no período de 2013 até 2021

Ano	Açaí			Cacau		
	PRONAF	Financiamento sem Vínculo a Programa Específico	Demais Programas*	PRONAF	Financiamento sem Vínculo a Programa Específico	Demais Programas*
2013	2952	9	2	454	5	6
2014	3544	8	3	506	6	2
2015	2479	13	2	230	4	2
2016	1858	9	4	170	4	1
2017	931	9	4	85	5	6
2018	1156	14	3	70	10	5
2019	1435	12	2	146	8	4
2020	1679	8	1	246	23	1
2021	2597	31	3	477	28	0
<b>Total</b>	18631	113	24	2384	93	27
<b>Média</b>	2070	13	3	265	10	3
<b>Desvio Padrão</b>	875	7	1	171	9	2
<b>CV%</b>	42%	58%	38%	65%	86%	76%

Fonte: Banco Central, 2021.

\* Leia-se ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária, PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, Operações Não Especificadas pelas Instituições Financeiras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação a produção de açaí e cacau do estado do Pará, observa-se que a produção agropecuária paraense está fortemente associada à agricultura familiar, que apesar de sofrer historicamente a interferência do capital, essa não abandonou os traços que garantem a produção racionalizada no uso dos recursos naturais e na produção gerada. E por isso, faz necessário melhor compreensão das características da produção agropecuária familiar, entendendo suas estratégias

e provocando políticas públicas e outras intervenções considerando suas especificidades no território em que se insere.

Deste modo, a concessão de crédito por meio de políticas governamentais contribui para o aumento do emprego, da renda e da produção nas áreas onde os empreendimentos financiados são implementados, além de impactar positivamente em outras regiões com as quais são estabelecidos fluxos econômicos por meio de parcerias. Esse processo tem gerado efeitos benéficos na economia dos estados que recebem tais recursos.

Os resultados mostraram que no estado do Pará, entre 2013 e 2021, foram realizadas 21.272 operações de crédito rural destinadas à produção de cacau e açaí, e que durante o período analisado, o açaí foi o produto que mais recebeu crédito rural. Nesses nove anos de atuação, o Banco da Amazônia desempenhou papel fundamental para o alcance desses resultados, atuando como executor das políticas públicas do Governo Federal para a região Amazônica, apoiando prioritariamente os setores econômicos considerados cruciais no contexto das ações estratégicas governamentais. Isso inclui o respaldo a micro e pequenas empresas, agricultura familiar e empreendedores individuais, visando o desenvolvimento regional sustentável por meio de seu programa de financiamento.

Além disso, a análise da participação das linhas de financiamento na distribuição de crédito rural para o estado do Pará, no período de 2013 a 2021, revela que, entre as opções disponíveis para o financiamento de açaí e cacau, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO tem sido a principal linha de crédito, evidenciando a relevância do FNO no processo de desenvolvimento do Pará, cumprindo um papel fundamental na redução das disparidades históricas na distribuição de crédito, que costumavam concentrar-se nas regiões Sul e Sudeste.

Em relação ao destino dos financiamentos, observou-se os recursos destinados aos programas de financiamento, o PRONAF assume uma parcela significativa do número total de contratações neste período, evidenciando a importância crucial da agricultura familiar no Estado, uma vez que ele é composto por vastas áreas propícias à produção familiar, desempenhando um papel fundamental na geração de emprego e renda, especialmente nas regiões onde essa produção é mais intensa.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Joacir Rufino de; LACERDA, Marta Aurélia Dantas de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a

partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 167-188, 2014.

BACELAR, Tânia; FAVARETO, Arilson. O Papel da Agricultura Familiar para um Novo Desenvolvimento Regional no Nordeste—Uma Homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do**

BANCO DO BRASIL. **Soluções de crédito rural**. 2021. Disponível em: < [https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito#/>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito#/)

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural – Contratações**. 2021. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

BANPARÁ. **Crédito rural**. 2021. Disponível em: < <https://www.banpara.b.br/produtos/fomento/credito-rural/>>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.

BASA. BANCO DA AMAZÔNIA. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Belém, Pará. 2021. Disponível em: < <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/produtos-servicos/empresa/agricultura-familiar>>. Acesso em 9 de dezembro de 2023.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

CARVALHO, Terciane Sabadini; DOMINGUES, Edson Paulo. Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030. **Nova Economia**, v. 26, p. 585-621, 2016.

CHAYANOV, A. *The theory of peasant co-operatives*. The Ohio State University Press, 1991.

CORRÊA, Alan Tiago; ALMEIDA, Oriana Trindade de. Mudanças climáticas nos planos diretores dos municípios da região do delta amazônico. In. **II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade E Desenvolvimento: Crítica e Atualização do Debate Na Produção Do Conhecimento na Amazônia**. 2. Belém, Pará. Anais. Editora NAEA, 2018. p. 58.

COSTA, F. A. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970). Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. A. O açaí do Grão-Pará: arranjos produtivos e economia local. Estruturação e dinâmica (1995-2011). 2016. Tese (Concurso para Professor Titular) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, Francisco de Assis. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). **boletim regional, urbano e ambiental**. Edição Especial Agricultura 2020, p. 83-96, 2020.

DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51: 113-137, 2010.

FIGUEIRAS, Gisalda Carvalho; HERRERA, José Antonio. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006. **Cadernos Cepec**, v. 1, n. 7-12, 2012.

GALUCH, Mariana Vieira; MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 388-412, 2020.

GUIMARÃES, José Raul dos Santos et al. **A importância da cultura do cacau para o desenvolvimento local no território da Transamazônica (PA): um estudo centrado em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial**. 2011. 158f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-produtores>>. Acesso em 13 de dezembro 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal: PAM - 2019**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 13 de dezembro de 2023.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Gilberto de Souza. Fracasso do Desenvolvimento Regional? Instituições e Desenvolvimento na Amazônia. In: GOMES, Vera Lúcia Batista Gomes; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. (Org.). **O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão II**, Recife: Editora Universitária UFPE, p. 141-177. 2016.

OLIVEIRA, Diego Alves; CORRÊA, Alan Tiago; FIGUEIRAS, Gisalda Carvalho; CARVALHO, André Cutrim. A Distribuição Espacial do Crédito PRONAF no Estado do Pará entre 2000 a 2015. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia e Rural (SOBER), 55°, 2017, Santa Maria. **Anais do 55° CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, p. 1-20. 2017.

OLIVEIRA, L. P. de., et.al. **Programa de desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí no Estado do Pará (PRO-AÇAÍ)**. Belém, Pará, SEDAP, 2016.

REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; SILVA, Northon Sérgio Lacerda. Crédito e direito ao desenvolvimento: o Amazônia florescer e a inclusão financeira dos produtores de açaí. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, p. 194-211, 2018.



SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SCHNEIDER, Sérgio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: **Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda**. 2007. p. 20-24.

SEDAP, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca. **Dados Agropecuários**. Belém, Pará, 2020. Disponível em: <<http://www.sedap.pa.gov.br/dados-agropecuarios/agropecuaria>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

SILVA, H. A economia do açaí em Belém-PA: vida urbana e biodiversidade em uma experiência singular de desenvolvimento econômico. *Novos Cadernos NAEA*, 24(3), 2021.

TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. Cooperativismo na agricultura orgânica no Brasil: contribuições de Chayanov. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, p. 1-16, 2020.

VEGRO, Celso Luis Rodrigues; ASSUMPCÃO, Roberto de; SILVA, José Roberto Aspectos socioeconômicos da cadeia de produção da amêndoa do cacau no eixo paraense da transamazônica. **Informações Econômicas**, v. 44, n. 4, p. 57-72, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.